

# PORTUGAL E O DESENVOLVIMENTO GLOBAL



RESULTADOS DO INQUÉRITO

#COERÊNCIANA  
PRESIDÊNCIA

# FICHA TÉCNICA

Título: Portugal e o Desenvolvimento Global: Resultados do Inquérito

Autor: Patrícia Magalhães Ferreira

Editor: FEC – Fundação Fé e Cooperação

Local de edição: Lisboa

Data de edição: Março de 2022

Copyright: © FEC – Fundação Fé e Cooperação e IMVF – Instituto Marquês de Valle Flôr

## DISCLAIMER

Relatório elaborado no âmbito do projeto “#CoerênciaNaPresidência: Advocacia pelo Desenvolvimento Global”, implementado pela FEC - Fundação Fé e Cooperação, o INV - Instituto Marquês de Valle Flôr e a CIDSE, sendo cofinanciado pelo Camões, Instituto da Cooperação e Língua, I.P. O projeto consciencializa e promove o pensamento crítico sobre as interdependências locais e reforça o valor da coerência das políticas de desenvolvimento como eixo central das próprias políticas de desenvolvimento.

A conceção e tratamento de dados do inquérito coube a Patrícia Magalhães Ferreira; a análise é independente e da responsabilidade exclusiva da autora, incluindo eventuais erros ou omissões, e não exprimindo qualquer posição institucional.

*Porque defendemos a igualdade de género como um valor intrínseco aos Direitos Humanos, onde se lê “o” deve ler-se também “a” sempre que aplicável, de forma a garantir o respeito pela igualdade de género também na escrita.*

*Pode copiar, fazer download ou imprimir os conteúdos desta publicação (utilize papel certificado ou reciclado). Pode utilizar trechos desta publicação nos seus documentos, apresentações, blogs e website desde que mencione a fonte.*

---

PROMOVIDO POR



COFINANCIADO POR



# ÍNDICE

Introdução .....	1
1. Desenvolvimento Global .....	2
2. Políticas de Desenvolvimento .....	12
3. Cidadania e Desenvolvimento .....	25
ANEXO	
Nota metodológica .....	30
Caracterização dos inquiridos .....	32

# INTRODUÇÃO



**Como se pensa em Portugal o Desenvolvimento Global? Quais os assuntos que mais preocupam as pessoas e as suas perspetivas sobre o futuro? Quais as opiniões sobre as políticas e respostas a nível internacional e sobre a ajuda aos países em desenvolvimento? De que forma as pessoas exercem a sua cidadania global no que respeita aos desafios de desenvolvimento?**

Estas foram algumas das questões que estiveram na base da elaboração e aplicação de um inquérito por questionário, em formato online, com o objetivo de analisar quais os conhecimentos, perceções e opiniões sobre alguns temas, políticas e questões ligadas ao Desenvolvimento Global.

A realização de um Desenvolvimento Global justo, inclusivo e sustentável é um dos principais desafios com que nos deparamos, sendo igualmente uma responsabilidade partilhada por todos, em todos os lugares, e exigindo um esforço individual e coletivo, a nível local, nacional, regional e global. Para o entendimento sobre a corresponsabilização do processo de desenvolvimento, é necessário garantir que, através da educação para o desenvolvimento e cidadania global, conseguimos despertar e desenvolver a consciência dos cidadãos, em particular a sua compreensão crítica das interdependências do mundo; que consigamos mobilizar os demais atores do desenvolvimento para uma mudança de comportamentos e estilos de vida; e que consigamos apoiar e promover um amplo debate “glocal” sobre a erradicação da pobreza e promoção da justiça social, numa matriz de Direitos Humanos.

Nesse sentido, o inquérito analisa perceções e opiniões, a nível nacional, sobre o desenvolvimento global, cujos resultados, aqui reportados, podem ser utilizados na consciencialização e reflexão crítica sobre os temas do Desenvolvimento. Estas constatações contribuem para aumentar o conhecimento sobre as posições dos cidadãos e para formular recomendações para a melhoria do contributo de Portugal para o Desenvolvimento Global.

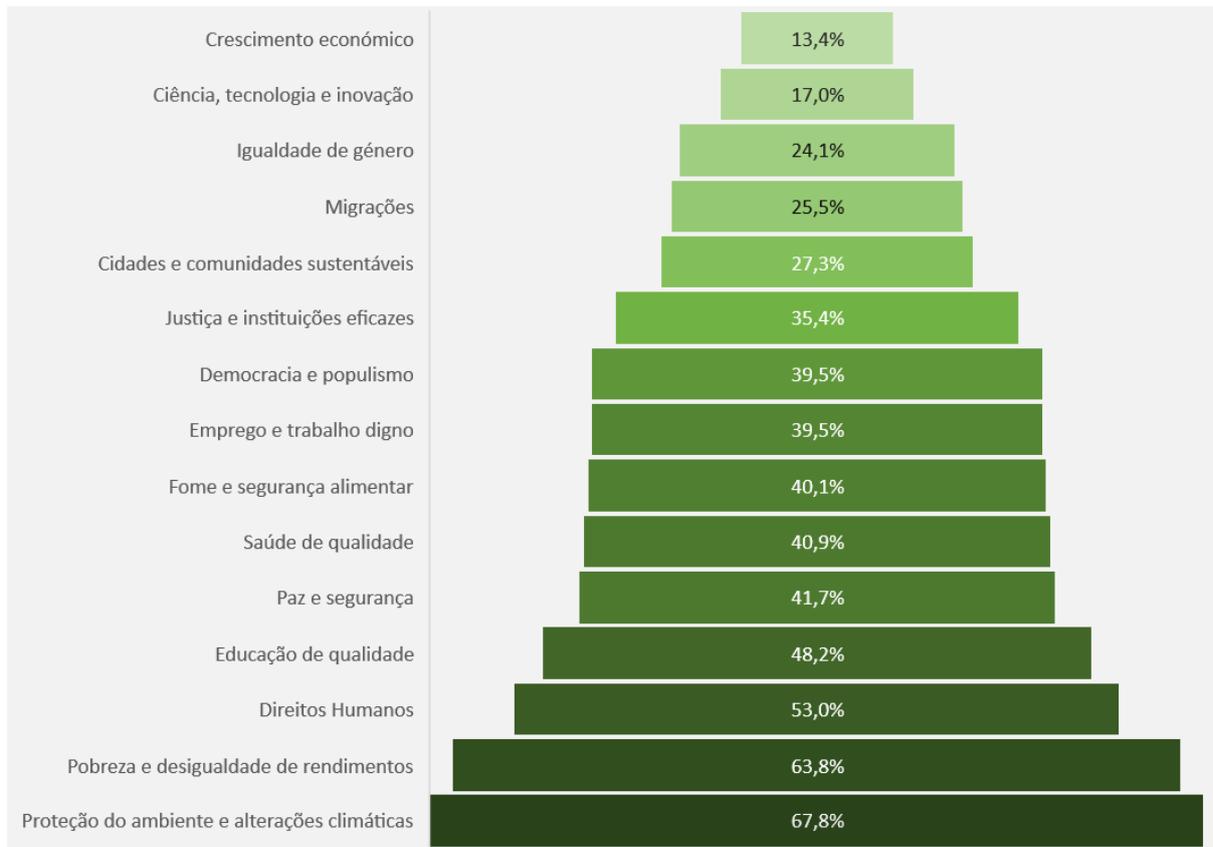
O inquérito e o relatório resultam do projeto “Coerência na Presidência: Advocacia pelo Desenvolvimento Global”, implementado pela FEC – Fundação Fé e Cooperação, pelo IMVF – Instituto Marquês de Valle Flôr e pela rede CIDSE, cofinanciado pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. O projeto tem contribuído para consciencializar e promover o pensamento crítico sobre as interdependências “glocais” e para reforçar a coerência das políticas de desenvolvimento como eixo central das próprias políticas de desenvolvimento.

# 1.

## DESENVOLVIMENTO GLOBAL

Preocupações e temas mais relevantes  
Perspetivas sobre o futuro  
Importância e áreas para maior cooperação internacional

### Temas de maior preocupação



As **dimensões social e ambiental do desenvolvimento estão entre as principais preocupações das pessoas para o futuro**. Quase **68%** dos inquiridos (343 pessoas) selecionaram a **proteção do ambiente e alterações climáticas** como um dos cinco temas que lhes suscita maior preocupação e aproximadamente **64%** (323 pessoas) assinalaram a **pobreza e desigualdade de rendimentos**.

Os **direitos humanos** e a **educação de qualidade** estão também entre as questões mais relevantes, com 53% (268 pessoas) e 48,2% (244 pessoas), respetivamente, a incluírem estes temas nas suas cinco preocupações principais. A saúde de qualidade é igualmente um tema importante, que poderá ter sido reforçado ainda mais em tempos de pandemia. Já a escolha da **paz e segurança** e a **fome/segurança alimentar**, selecionadas por mais de 40% dos inquiridos como estando entre as suas maiores preocupações, denota um certo grau de consciencialização sobre os problemas globais, sendo os conflitos violentos e a fome duas ameaças que põem em causa a sobrevivência e as condições básicas de vida.

Comparando com os resultados do inquérito global realizado pelas Nações Unidas em 2020,<sup>1</sup> os resultados demonstram uma **grande coincidência das preocupações dos cidadãos em todas as regiões do mundo**, uma vez que as principais aspirações são comuns à Humanidade: todos queremos uma vida digna, em paz e segurança, com acesso aos serviços básicos de saúde e educação, independentemente do país onde estamos. Relativamente ao futuro, segundo o inquérito das Nações Unidas, entre as principais preocupações no mundo estão também a crise climática e a destruição do ambiente, o respeito pelos direitos humanos e a redução da pobreza, o que está em linha com os resultados deste inquérito.

Constitui um dado relevante o facto de a maioria dos inquiridos **não considerar a igualdade de género e as migrações** como preocupações mais relevantes para o futuro. Tal pode dever-se ao facto de os inquiridos responderem em concordância com aquilo que afeta as suas vidas, de forma mais premente e urgente, sendo Portugal um país com baixos níveis de imigração e menores desigualdades de género por comparação com a maioria dos países do mundo.

Relativamente às migrações, os resultados são consistentes com os inquéritos à opinião pública ao nível da União Europeia (Eurobarómetros) nos últimos anos, nos quais os portugueses figuram entre os cidadãos europeus que menos manifestam preocupação sobre os fenómenos migratórios e que têm uma perceção mais positiva sobre o contributo dos imigrantes para as sociedades, dado este que não será alheio ao facto de a localização geográfica favorecer menores fluxos migratórios.<sup>2</sup>

No caso da igualdade de género, apesar da persistência de discriminações principalmente ao nível das práticas, a maioria dos indicadores de Portugal está em linha com os restantes países mais desenvolvidos e, portanto, a perceção é de que esta não está entre as preocupações mais prementes, até por comparação a outros desafios (uma vez que os inquiridos podiam apenas selecionar até cinco opções). Isto salienta, igualmente, a **necessidade de continuação do trabalho de sensibilização para estas temáticas**, enquanto desafios que têm grande impacto nas perspetivas de desenvolvimento e de melhoria das condições de vida, em todos os locais do mundo, uma vez que as pesquisas existentes apontam para múltiplas interligações positivas entre migrações e desenvolvimento e entre igualdade de género e desenvolvimento.

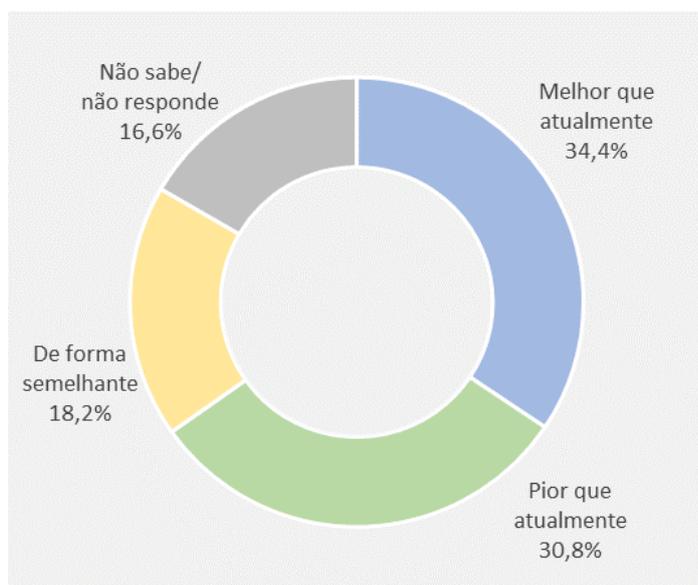
<sup>1</sup> UN75: The Future We Want, The UN We Need, disponível em [www.un.org/en/un75/](http://www.un.org/en/un75/) e em <https://report.un75.online/en/>

<sup>2</sup> Uma grande discrepância entre as perceções dos cidadãos dos vários países europeus foi particularmente verificada entre 2015 e 2017, altura em que outros países da UE experienciaram maior fluxo de pessoas migrantes e requerentes de asilo. Os inquéritos à opinião pública na UE estão disponíveis em <https://europa.eu/eurobarometer/>

Nos comentários, os inquiridos acrescentaram outras preocupações para o futuro, nomeadamente as questões relativas a desafios populacionais: natalidade, proteção na velhice e morte digna. Ligado a isto, e tendo em conta os impactos da pandemia, os inquiridos mencionaram desafios específicos na área da saúde, designadamente a saúde mental, os cuidados seniores e cuidados continuados. Várias questões ligadas à qualidade de vida e às respostas a situações de pobreza foram também especificadas, como a habitação condigna para todos, o rendimento básico universal, ou o equilíbrio entre família e trabalho.

## Perspetivas de futuro

### Em 2045, as pessoas viverão....



Nota: 506 respostas.

### As percepções sobre o futuro

**dividem-se:** enquanto 34,4% (174 pessoas) acredita que, em 2045, as pessoas do mundo viverão melhor do que atualmente, quase 31% (156 pessoas) preveem o contrário.

Mais de 16% dos inquiridos preferiu não arriscar uma resposta, dada a incerteza e as rápidas alterações do contexto atual.

As percepções dos inquiridos sobre o futuro são, na sua maioria, mistas, como elementos mais otimistas e outros mais pessimistas, e baseando-se numa multiplicidade de fatores. Reconhecendo a **existência de tendências e forças de direção oposta**, a maioria dos inquiridos identifica, simultaneamente, domínios onde é maior a probabilidade de existirem progressos consideráveis e dimensões onde os principais problemas se manterão ou terão probabilidade de se agravar. A possibilidade, vontade e capacidade para uma mudança sistémica divide os inquiridos: enquanto uns consideram que a humanidade conseguirá reverter algumas das tendências menos positivas, outros são da opinião de que as respostas estão a demorar demasiado tempo face à urgência dos desafios.

Em dois aspetos, contudo, existe convergência de opiniões. Primeiro, a única certeza é a imprevisibilidade, pois reconhece-se que a evolução das tendências globais é muito incerta e rápida. Segundo, **a forma como as pessoas viverão no mundo em 2045 está diretamente ligada às opções que se tomarem agora** e a evolução para novos paradigmas dependerá da **implementação de políticas mais ativas, coerentes e com maior impacto**, bem como de uma **maior participação cívica e política por parte dos cidadãos**. "A dignidade humana reforçada exige mais consciência" - é uma frase importante a reter.

---

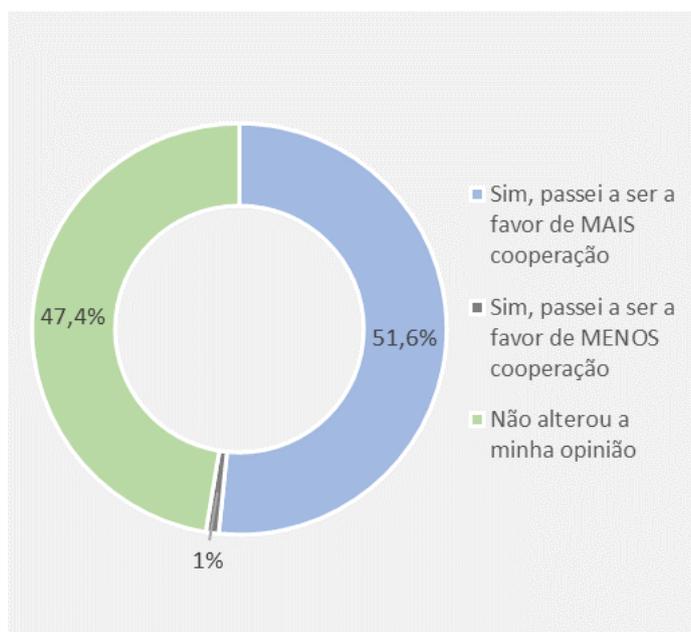
## Fatores que justificam as perspectivas mais pessimistas sobre o futuro:

- Acentuar das desigualdades e assimetrias, quer entre países quer dentro dos países, designadamente o fosso entre os mais ricos e os mais pobres;
- A crise climática e a falta de rapidez e eficácia das respostas, traduzindo-se numa ameaça existencial à humanidade e num agravamento das desigualdades económicas e sociais já existentes;
- A degradação ambiental e ecológica, com impactos na fome, saúde pública (p. ex. devido à poluição), crises energéticas, contaminação e escassez de água potável, desertificação, insegurança e conflitos, etc.;
- A erosão das instituições democráticas, a crise da democracia e o avanço de nacionalismos, populismos e extremismos, com ameaças às liberdades, polarização crescente das sociedades e desinteresse dos cidadãos;
- A visão redutora de a economia ser o garante do bem-estar individual e social, com a continuação de um sistema económico injusto, enorme concentração do capital, uso irracional dos recursos naturais e padrões insustentáveis de produção.
- Os impactos da pandemia a médio-prazo, tornando a recuperação muito difícil para aqueles que já estavam “mais para trás”;
- A falta de respostas verdadeiramente globais e de correspondência entre a teoria (os acordos internacionais assinados, como o Acordo de Paris sobre Alterações Climáticas) e as práticas (as medidas não estão a ser implementadas);
- A fragilidade e incerteza do contexto atual, com fácil regressão nos progressos efetuados, que tanto demoraram a construir.

## Fatores que justificam as perspectivas mais otimistas sobre o futuro:

- O facto de a evolução das sociedades sempre ter sido, historicamente, no sentido da melhoria contínua da qualidade de vida e de maior prosperidade económica e tecnológica;
- A inovação e os avanços da tecnologia e da ciência, se bem incorporados e aplicados, podem ser o fator fundamental de mudança de paradigma;
- A maior consciencialização ambiental e preocupação com a sustentabilidade, a mudança de hábitos de consumo e aumento da resiliência;
- Os progressos de Direitos Humanos, no sentido em que todos possam ter as mesmas oportunidades, independentemente da sua raça, orientação sexual, religião, entre outros;
- O crescimento de movimentos sociais, de inclusão e de empoderamento, bem como de sociedades mais plurais;
- A ação das organizações internacionais e o reforço da cooperação internacional entre os Estados, de forma a avançar em direção à paz e ao desenvolvimento sustentável;
- A esperança nas novas gerações e na ação dos agentes educativos para a preparação das crianças e jovens;
- A crise pandémica está a obrigar governos, sociedade civil, empresas a repensarem questões estruturais e não só a procurarem soluções de curto-prazo, representando também uma oportunidade para repensar alguns fundamentos da globalização que a tornam tão desigual;
- A possibilidade de desenvolvimento de uma nova consciência ética alicerçada na bondade e na compaixão.

## Impacto da pandemia de COVID-19 nas percepções sobre cooperação internacional



Nota: 506 respostas.

Para boa parte dos inquiridos (47,4%), a pandemia de COVID-19 não teve impacto nas suas percepções sobre a cooperação entre países e a solidariedade internacional.

No entanto, naqueles em que a percepção se alterou (52,6%), **quase todos passaram a ser a favor de maior cooperação e solidariedade**, reconhecendo uma maior interdependência mundial dos problemas e das respostas.

Assim, os temas do desenvolvimento global e da cooperação internacional têm tendência a ser cada vez mais relevantes.

Vários inquiridos expressaram o desejo de que as lições aprendidas a nível global com esta crise tenham aplicação prática no futuro e que, tendo em conta a crescente vulnerabilidade e o agravamento de condições sociais e económicas provocadas pela pandemia, seja reforçada a solidariedade internacional. As percepções dos portugueses estão em consonância com o inquérito global realizado pelas Nações Unidas em 2020 (acima mencionado), em que a maioria dos respondentes, em todas as regiões do mundo, acreditam que a crise da COVID-19 tornou a cooperação internacional ainda mais urgente.



Percebo duas correntes atuando, simultaneamente, em todo o mundo. Uma delas é, historicamente, comprometida com a concentração do capital e o uso irracional dos recursos naturais e humanos, o que eleva a desigualdade socioambiental, fome, crises energéticas, contaminação e escassez de água potável, desertificação, gentrificação, fluxos migratórios e políticas populistas e ditatoriais. Em contrapartida, de modo tímido, como uma bolha expandida, os movimentos de inclusão, empoderamento, fontes alternativas de energia, mudança de hábitos de consumo e resiliência. Esses movimentos, ainda que fortalecidos, não estarão na frente das tomadas de decisão global. Precisamos mostrar que o mercado não existe sem pessoas e que a economia deve trabalhar para o bem-estar social e não para o lucro.

A forma como as pessoas viverão no mundo em 2045 está diretamente ligada às opções que se tomarem agora: se as corretas, ou seja, se se alterar o paradigma economicista que nos domina, acredito que possa melhorar; se persistir a mesma imagem-de-mundo, agravar-se-ão problemas que todo/as conhecem e que a pandemia provocada por Covid-19 obriga a não desmentir.

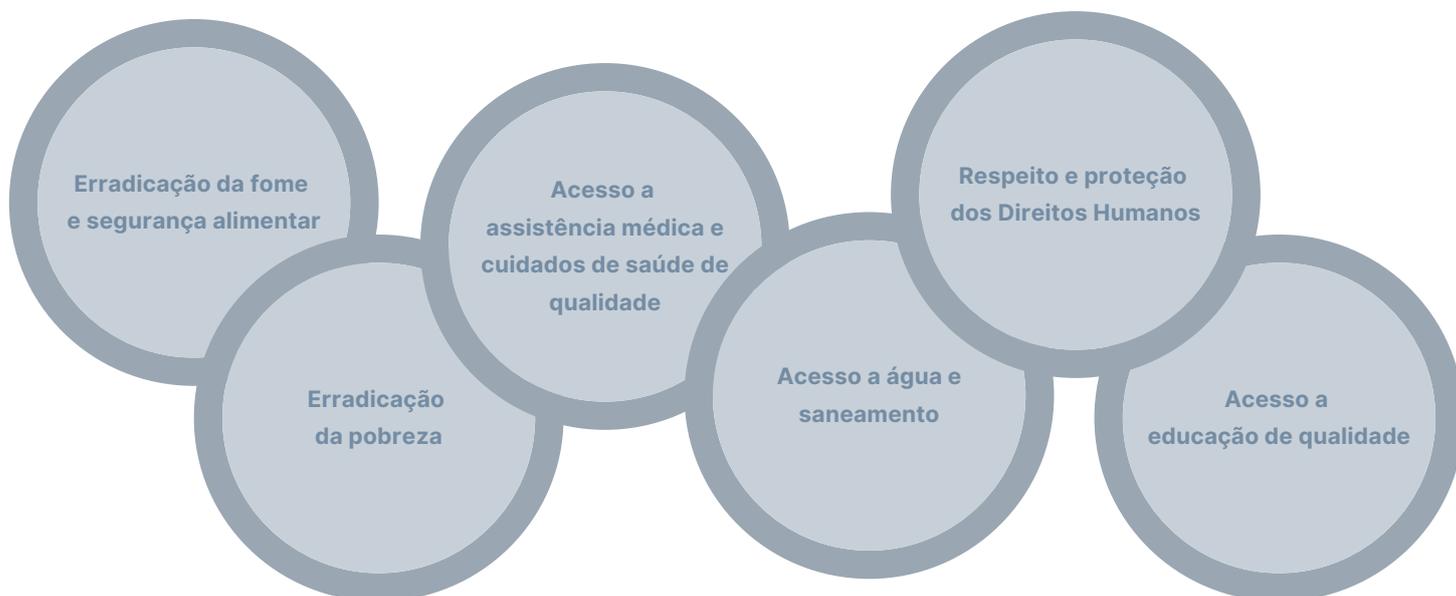
Penso que existirão melhorias nas condições de vida, na generalidade. No entanto, as desigualdades serão cada vez maiores e haverá uma minoria que, cada vez mais, acumula a riqueza, explora e desrespeita determinados grupos. As alterações climáticas irão exacerbar as desigualdades sociais e económicas já existentes, criando fossos ainda maiores entre os países do Norte e do Sul. Ou seja, embora possam existir melhorias, não serão para todos os indivíduos deste planeta.

Apesar das novas e crescentes dificuldades concretas (como as alterações climáticas, o envelhecimento da população nos países europeus, a polarização das sociedades pela via da comunicação nas redes sociais, a expansão mundial do modelo de governação e de sociedade chinesa, entre outros), outras forças como a inovação, as instituições multilateralistas, os governos europeus e os movimentos de cidadãos um pouco por todo o mundo conseguirão, em grande medida, compensar os efeitos negativos e ir reequilibrando as condições de vida para níveis como os atuais.



## Áreas em que a concertação internacional é mais necessária

---



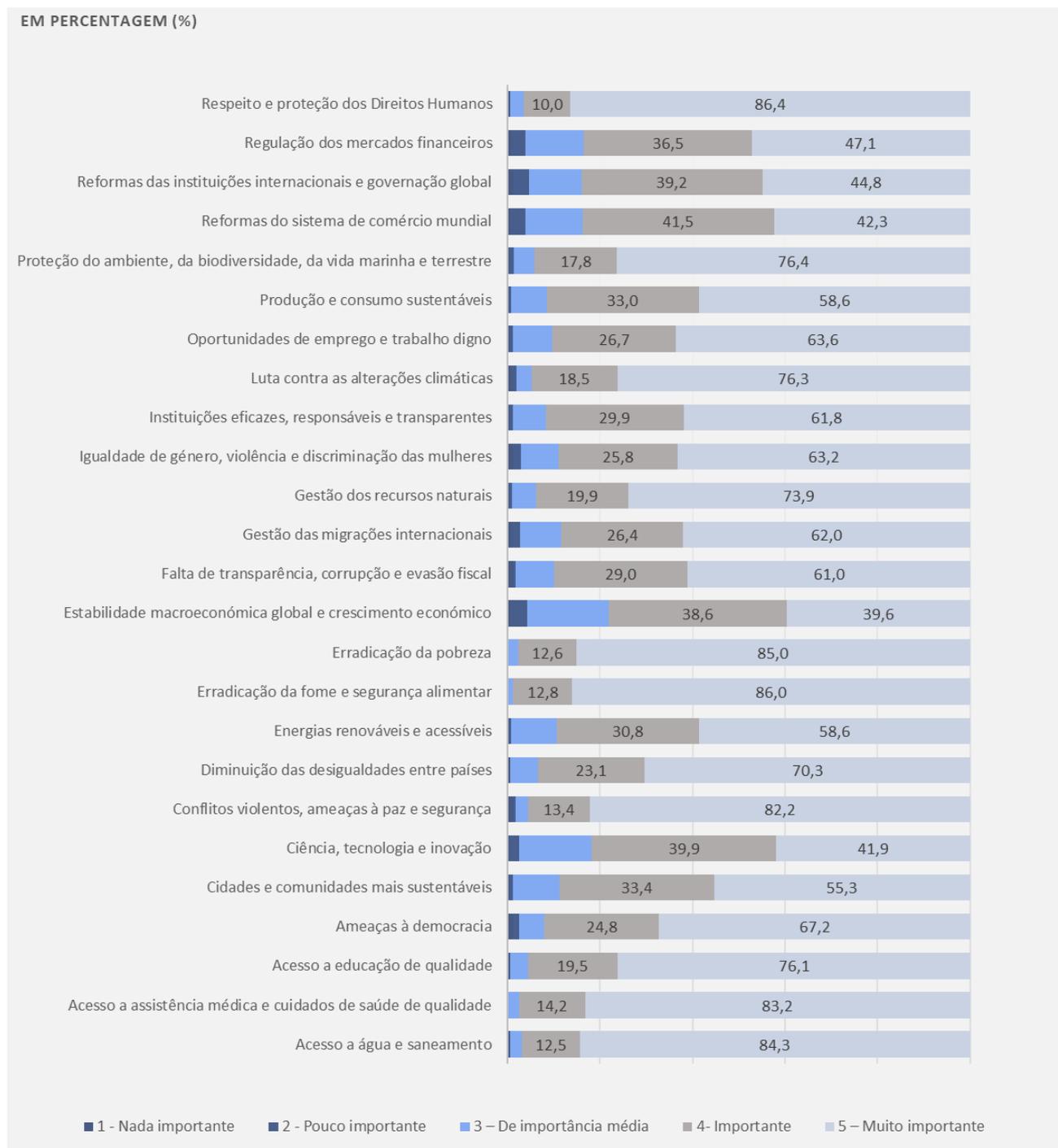
De entre os vários desafios globais, aqueles em se considera mais importante a existência de políticas e respostas mais fortes a nível internacional e ações mais concertadas entre países são a erradicação da fome e segurança alimentar (98,8% das pessoas considerou importante ou muito importante), a erradicação da pobreza (97,6%), o acesso a assistência médica e cuidados de saúde de qualidade (97,4%), o acesso a água e saneamento (96,8%), o respeito e proteção dos Direitos Humanos (96,4%) e o acesso a uma educação de qualidade (95,6%). **Para estes desafios, mais de 95% das pessoas consideraram importante ou muito importante existir uma maior concertação internacional e respostas globais.**

No geral, os inquiridos classificaram os desafios globais apresentados como sendo de grande relevância, não existindo nenhum em que a necessidade de concertação internacional fosse maioritariamente considerada pouco ou nada importante.

Ainda assim, na gradação de importância atribuída, as pessoas tenderam a considerar menos preponderante o reforço da concertação internacional nas áreas: da estabilidade macroeconómica global e crescimento económico, da ciência, tecnologia e inovação, da regulação dos mercados financeiros, das reformas do sistema de comércio mundial, e das reformas das instituições internacionais e de governação global. De qualquer forma, a percentagem de pessoas que considerou importante ou muito importante a concertação internacional nestas áreas varia entre os 78,1% e os 84%, o que revela que, **no geral, os inquiridos reconhecem a defendem a necessidade de formulação de respostas globais** para as principais questões que afetam o mundo e que têm influência no Desenvolvimento Global.

Foi também expressa a opinião de que, quando falamos destas ações concertadas, é importante ter em consideração que essas mesmas ações não se tornam imposições de países com maior poder em relação a outros.

## Quais as áreas em que a concertação internacional é mais necessária?



Nota: o número total de respostas em cada área varia entre 494 e 503.

Para além das áreas listadas, os inquiridos referiram, de forma complementar, a necessidade de reforço da concertação internacional em áreas como (por ordem alfabética):

- Acesso à informação, luta contra a desinformação e *fake news*
- Cidadania Global e capacidade crítica
- Clivagem entre países desenvolvidos e em desenvolvimento
- Coerência das Políticas para o Desenvolvimento
- Cooperação para o Desenvolvimento e o apoio aos países pobres.
- Cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
- Democracia participativa e socialmente/ecologicamente responsável
- Direitos das crianças
- Direitos Humanos
- Direitos LGBTQIAP+, em particular o reconhecimento da não-binariedade e proteção dos direitos das pessoas trans
- Economia criativa e circular
- Equilíbrio dos sistemas alimentares mundiais, em ligação com o controle de produtos químicos na agricultura e na indústria, consumo ético, proteção e valorização das populações rurais
- Erradicação da pobreza
- Ética associada ao desenvolvimento tecnológico / inteligência artificial
- Gestão das migrações e refugiados
- Habitação e humanização dos centros urbanos
- Inclusividade, tolerância, multiculturalidade; luta contra o racismo e a xenofobia
- Liberdade religiosa e diálogo inter-religioso
- Luta contra a corrupção
- Paz mundial
- Preservação dos ecossistemas, incluindo p. ex. a implementação do Ecocídio como lei internacional
- Regulação/legislação dos mercados e informação digital; regulação dos monopólios das grandes empresas da internet
- Valorização da cultura e do património

---

*Nota: Resumo dos comentários recebidos à pergunta sobre as áreas em que é importante existirem políticas e respostas mais fortes a nível internacional e ações mais concertadas entre países. Foram recebidos 70 comentários.*

---

Perante a necessidade de respostas concertadas, a **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável** constitui um roteiro para a ação até 2030, a ser implementado a todos os níveis – global, regional, nacional e local – e exigindo um esforço coletivo, em que cada interveniente faz a diferença. Os inquiridos revelaram, na sua maioria, estar familiarizados com a Agenda 2030, com 64% (324 pessoas) a afirmarem que conhecem os seus objetivos e temas e apenas 11% (57 pessoas) a responderem que não têm conhecimento da sua existência.



*Nota: 506 respostas.*

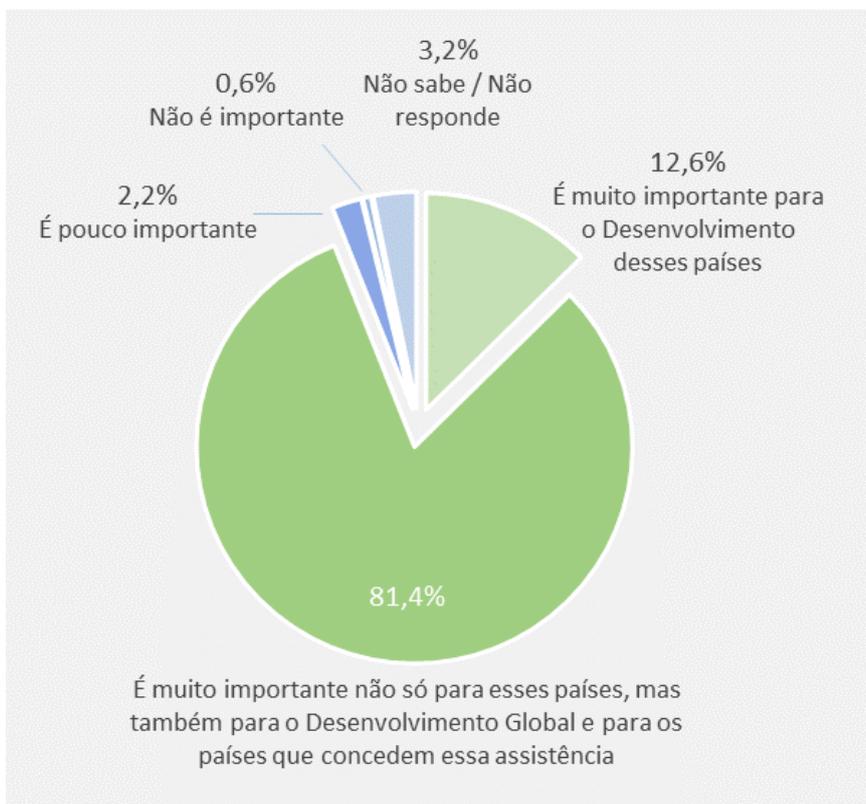
Estes resultados confirmam que a consciencialização sobre a existência de uma agenda global de desenvolvimento tem vindo a crescer, como apontado pelos vários inquéritos à opinião pública na União Europeia (Eurobarómetros). No entanto, ter conhecimento da existência não é o mesmo que ter conhecimento do seu conteúdo, objetivos e temas, sendo os resultados do presente inquérito bastante superiores nesse aspeto. Tal pode dever-se ao universo de inquiridos abrangidos por este inquérito, maioritariamente com um nível educacional de licenciatura ou superior (ver a caracterização dos inquiridos, no Anexo).

# 2.

## POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO

Perceções sobre as políticas de apoio ao desenvolvimento  
Importância e responsabilidades do apoio aos países em desenvolvimento  
Perspetivas sobre a ajuda ao desenvolvimento da União Europeia e de Portugal  
Ações necessárias a nível internacional

### Assistência financeira e apoio aos países em desenvolvimento



Nota: 506 respostas.

A quase totalidade dos inquiridos (**94%**, ou 476 pessoas) considera que a assistência financeira e apoio aos países em desenvolvimento – sobre os quais foi fornecida uma definição - é muito importante.

**A maioria afirma que tal é importante não apenas para esses países, mas também para o Desenvolvimento Global e para os próprios países que concedem essa assistência, o que revela uma grande consciencialização sobre a interdependência dos problemas, dos desafios e das respostas.**

Nesse sentido, a justificação das respostas é clara: “quanto mais investirmos no desenvolvimento global, mais poderemos seguir objetivos comuns, encontrar mais diversidade de parceiros económicos” e caminharmos no sentido de um mundo com maior harmonia e menos desigual. A globalização “criou uma rede em cadeia entre as economias de todos os países, em que o que afeta os mais desenvolvidos tem repercussões nos países em desenvolvimento e vice-versa”. Ora, “nunca haverá um desenvolvimento sustentável para ninguém se existirem países em situação de perpétua pobreza extrema” e “a aproximação progressiva dos padrões de desenvolvimento económicos e sociais entre países é essencial para o desenvolvimento sustentável a nível global”. Outros inquiridos referiram que é uma questão de justiça, de responsabilidade moral e até de responsabilidade histórica.

Além disso, os desafios do futuro serão cada vez mais comuns entre países, independentemente do seu nível de desenvolvimento. **Se as interligações são globais, as relações precisam de ser mais justas e equilibradas.**

Assim, os comentários nesta secção do inquérito dizem essencialmente respeito à **forma como esse apoio é planeado, distribuído e gerido, uma vez que deve ser garantido que este é canalizado para os países mais pobres e chega àqueles que mais precisam, cumprindo os seus propósitos.** Isto implica um compromisso mútuo por parte dos que concedem e recebem os apoios.

As maiores preocupações estão relacionadas com a necessidade de garantir que os apoios:

- Não são definidos em função dos interesses particulares das elites, mas sim de acordo com as necessidades e prioridades de desenvolvimento dessas populações e comunidades (bottom-up) e complementados/articulados com as respostas locais necessárias;
- São acompanhados de uma forte aposta na transparência e responsabilização, de monitorização da aplicação dos fundos disponibilizados, e de ação na luta contra a corrupção, tanto nos países beneficiários como nos países que concedem essa assistência;
- Não favorecem um círculo vicioso de perpetuação das relações de dependência nem assentam numa lógica neocolonialista, de subjugação, de imposição ou de paternalismo;
- Se dirigem preferencialmente a questões estruturantes e não meramente paliativas, nomeadamente o desenvolvimento humano, educação/qualificação da população, desenvolvimento das competências locais, dos sistemas de saúde, desenvolvimento produtivo local, da capacitação e de maior autonomia dos países nas várias áreas;
- Não se refletem em impactos negativos e maiores custos para os países mais pobres, como p. ex. endividamento, abordagem de exploração de matérias-primas e delapidação de recursos naturais, desrespeito pelos direitos humanos, apoio a regimes ditatoriais, desestabilização e aumento das tensões sociais, entre outros;

- Não são canalizadas para manter o próprio sistema de ajuda ao desenvolvimento, aumentando desigualdades nos locais onde existe (diferença de salários, especulação imobiliária, etc.);
- São acompanhados por mais investigação que apoie uma tomada de decisão informada pelos governantes, e adaptados aos contextos, ao invés de se aplicarem as mesmas fórmulas gerais e imediatistas que são aplicadas há décadas;
- São acompanhados pela intervenção noutras políticas (e sua coerência), como por exemplo nas leis do comércio internacional, no perdão da dívida, na regulação económica e financeira à escala global e outras questões do sistema internacional que impedem o desenvolvimento dos países mais pobres;
- Caminham no sentido de uma maior reciprocidade e valorização mútua: devem ser encarados não como uma forma de "transferir conhecimento, tecnologia, etc., de uns países para outros, mas sim como fonte de aprendizagem mútua, com a valorização do conhecimento e saber dos vários intervenientes.

---

*Nota: Resumo dos comentários recebidos à pergunta sobre a importância da assistência financeira e apoio aos países em desenvolvimento. Foram recebidos 87 comentários.*

---



A cooperação internacional na forma de apoio financeiro (ou outro) é fundamental para que se viva de forma solidária e humana entre países. O desenvolvimento dos países em desenvolvimento é positivo para o mundo de forma global. As pessoas desses países merecem ter oportunidade de ter uma vida digna, com liberdade de escolha e autodeterminação. Cooperar não é "ajudar", nem um ato de "altruísmo" é um dever e uma necessidade para que a Carta dos Direitos Humanos seja cumprida e respeitada por e para todos, e que gera benefícios para todos os que cooperam.

Quanto menos desenvolvimento, mais pressão para os países desenvolvidos. Quanto menos ajuda, mais pessoas no linear da pobreza e em risco. Quanto mais pobreza mundial mais efeitos nefastos para o mundo, logo investir neste apoio é equilibrar o mundo, manter a paz entre países e assegurar a dignidade humana.

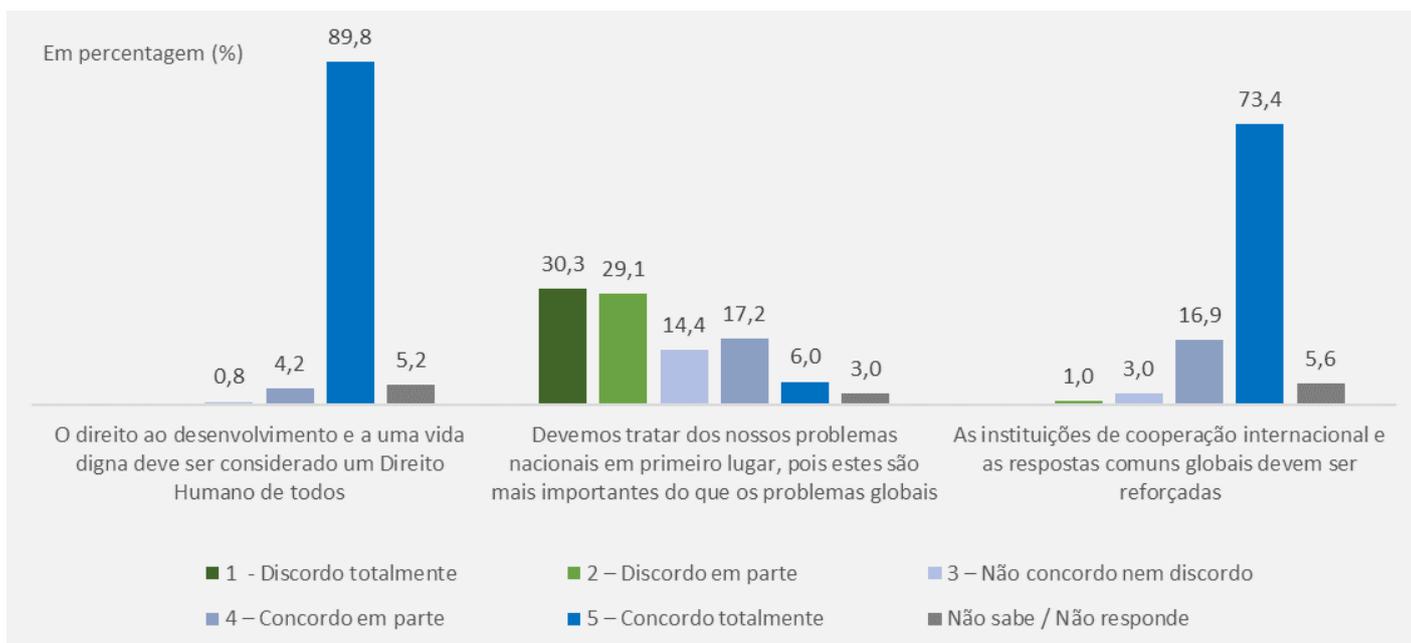


Foi avaliada, igualmente, a perceção sobre as causas dos problemas de desenvolvimento e sobre a forma como o apoio aos países em desenvolvimento tem sido (e deve ser) prosseguido, através do grau de concordância dos inquiridos com várias afirmações.

Neste contexto, a afirmação que gerou maior consenso diz respeito ao **direito ao desenvolvimento e a uma vida digna dever ser considerado um Direito Humano de todos**, em todos os lugares, pois quase 90% dos inquiridos (468 pessoas) concordou totalmente com a afirmação, enquanto o número de pessoas que não concorda nem discorda e que discorda totalmente ou em parte é residual.

Em concordância com os resultados da pergunta sobre a importância geral do apoio aos países em desenvolvimento, a grande maioria dos inquiridos concorda com a **necessidade de reforço das instituições de cooperação internacional e das respostas comuns globais**: 73,4% (365 pessoas) afirma concorda totalmente com essa necessidade e quase 17% (84 pessoas) concorda parcialmente, sendo as restantes opções residuais.

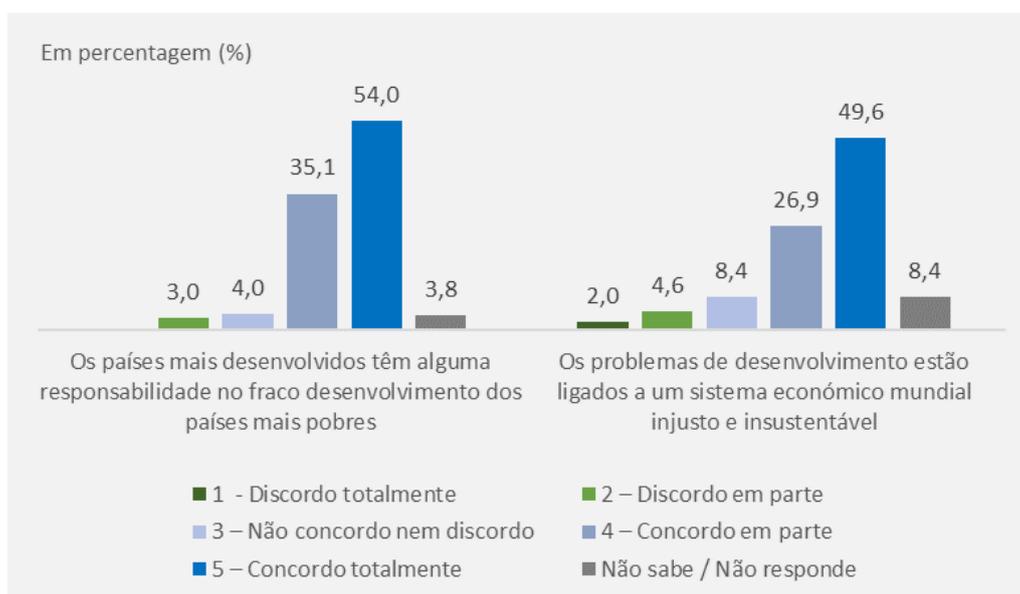
Uma das afirmações que gerou **respostas mais divididas tem a ver com o facto de devermos ou não colocar os problemas nacionais em primeiro lugar**, respondendo a essas necessidades de forma prioritária, por esses problemas serem mais importantes do que os problemas globais. Ainda que a maioria dos inquiridos (59,4%, correspondentes a 296 pessoas) discorde totalmente ou parcialmente dessa perspetiva, 17,2% (86 pessoas) concordou em parte com a afirmação e 6% (30 pessoas) afirmou concordar totalmente. Mesmo assim, questionados noutra pergunta sobre se acham que os países em desenvolvimento recebem demasiadas ajudas e apoios dos países mais desenvolvidos, 68,4% dos inquiridos, num total de 340 pessoas, afirmou discordar totalmente (40,6%) ou em parte (27,8%) dessa afirmação. As respostas à pergunta anterior não parecem ter a ver, portanto, com a quantidade de fundos ou apoios concedidos ao desenvolvimento global, mas sim com o grau de prioridade atribuído a cada tipo de problemas.



Nota: gráficos da esquerda para a direita – total de 498, 499 e 497 respostas.

A maioria das pessoas tende a considerar que **as causas dos problemas de desenvolvimento dos países com maiores níveis de pobreza, fragilidade e vulnerabilidade estão, de alguma forma, ligadas com fatores internacionais**. Nesse sentido, um total de cerca de 89% dos inquiridos (444 pessoas) concorda totalmente (54%) ou parcialmente (35,1%) com a perspectiva de que os países desenvolvidos têm alguma responsabilidade no fraco desenvolvimento dos países mais pobres, e uma maioria sólida (76,5%, correspondentes a 381 pessoas) tende a considerar que os problemas de desenvolvimento estão ligados a um sistema económico mundial injusto e insustentável.

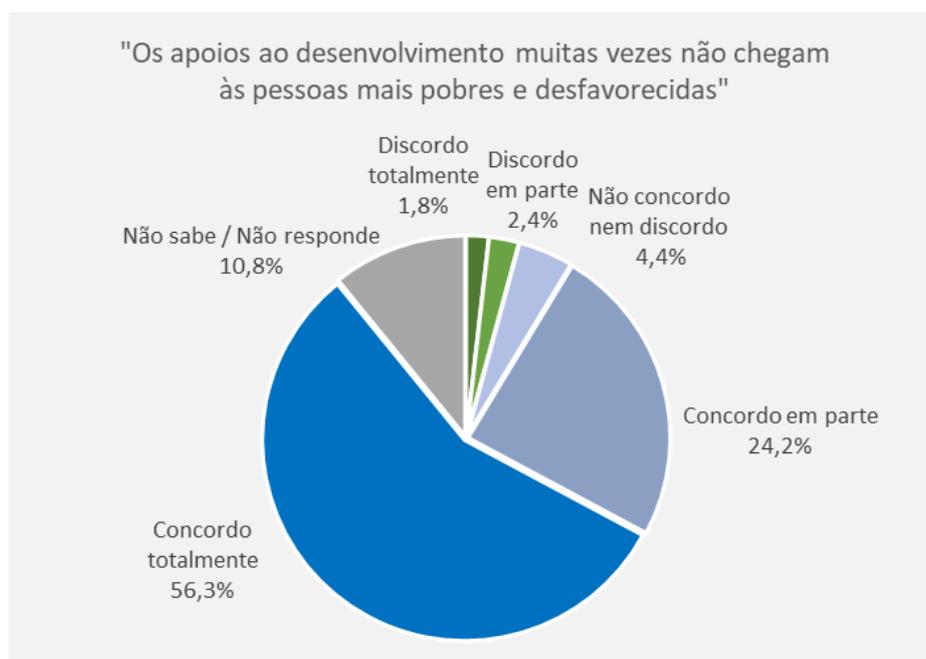
Isto não isenta os países mais pobres das suas responsabilidades de boa gestão e governação de forma a implementarem políticas de desenvolvimento mais eficazes e coerentes, mas reconhece a importância do contexto global e das questões internacionais sobre os processos de desenvolvimento, que se pode refletir em maiores dificuldades para sair de círculos viciosos de pobreza e fragilidade.



Nota: total de 498 respostas em ambas as questões.

Sobre a forma como a ajuda ao desenvolvimento é aplicada, a grande **maioria dos inquiridos considera que os apoios ao desenvolvimento não chegam, frequentemente, às pessoas mais pobres a desfavorecidas**. Mais de 80% dos inquiridos (402 pessoas) afirmam concordar totalmente ou em parte com essa perceção, embora nesta questão a percentagem de pessoas que afirma não ter conhecimento ou dados para poder responder seja também expressiva (quase 11%).

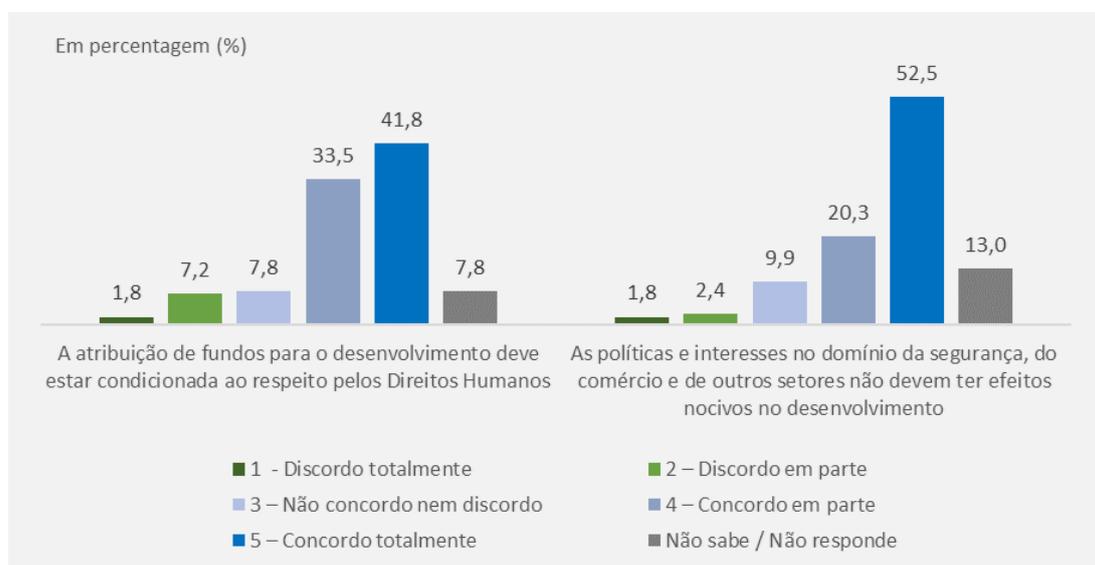
Esta é mesmo uma das principais preocupações manifestadas em relação ao apoio aos países em desenvolvimento. Estas perceções apontam para a necessidade de, por um lado, continuar a reforçar o apoio especialmente dirigido aos grupos sociais em situação de maior pobreza e exclusão e de, por outro lado, dar a conhecer e comunicar de forma mais eficaz o trabalho e os resultados das organizações que operam no setor da cooperação para o desenvolvimento.



Nota: total de 499 respostas.

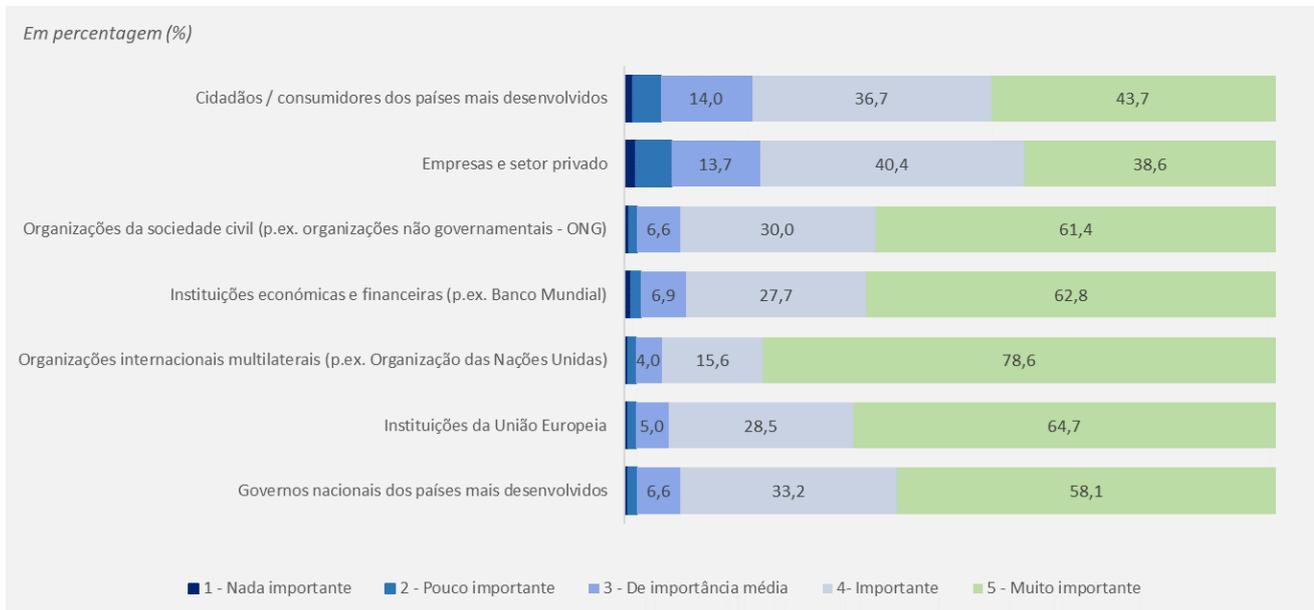
Noutras questões mais técnicas sobre a forma como o apoio ao desenvolvimento é prosseguido, apesar do número de pessoas que não responde ser superior ao de outras perguntas, a maioria dos inquiridos (72,5%, ou 359 pessoas) tende a considerar que **as políticas e interesses no domínio da segurança, do comércio e de outros setores não devem ter efeitos nocivos no desenvolvimento**, sendo que 52,5% afirma concordar totalmente com esta afirmação.

A maioria dos inquiridos (75,3%, ou 375 pessoas) concorda, total ou parcialmente, que a atribuição de fundos para o desenvolvimento deve estar condicionada ao respeito pelos Direitos Humanos. Sendo esta uma afirmação de carácter geral, que tanto pode dizer respeito a quem concede os apoios como a quem recebe, revela essencialmente que **os inquiridos atribuem grande importância aos Direitos Humanos na aplicação dos fundos de apoio ao desenvolvimento**.



Nota: gráfico da esquerda – total de 498 respostas; gráfico da direita – total de 493 respostas.

## Responsabilidade no apoio aos países em desenvolvimento e papel da União Europeia



Nota: o número total de respostas para cada interveniente varia entre 497 e 500.

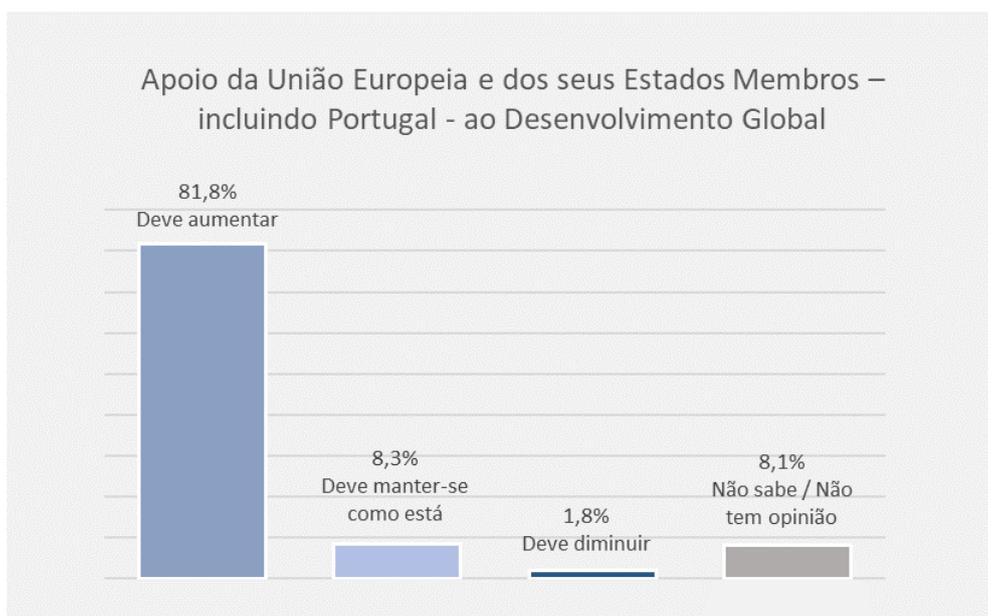
As pessoas atribuem **graus diferentes de importância e responsabilidade aos vários intervenientes no apoio aos países em desenvolvimento.**<sup>3</sup> No geral, os inquiridos consideram que as maiores responsabilidades de intervenção recaem nas organizações internacionais multilaterais, como as Nações Unidas (94,2% dos inquiridos considera-as importante ou muito importante), e nas instituições da União Europeia (com 93,2% dos inquiridos a considerarem importante ou muito importante essa responsabilidade). Contudo, é também atribuída uma importância significativa aos restantes intervenientes, designadamente às organizações da sociedade civil, como as ONG, e aos governos nacionais dos países mais desenvolvidos, com respetivamente 91,4% e 91,3% dos inquiridos a classificar essa responsabilidade como importante ou muito importante. As responsabilidades das empresas/setor privado e dos cidadãos/consumidores dos países mais desenvolvidos são consideradas menos relevantes, em comparação com os restantes intervenientes.

<sup>3</sup> Ressalve-se que esta pergunta diz respeito aos apoios externos, não incluindo, portanto, os governos nacionais dos países menos desenvolvidos, que têm a responsabilidade principal de condução, liderança e implementação destes processos.

Em especial, **a grande maioria das pessoas considera que o apoio da União Europeia e dos seus Estados Membros, incluindo Portugal, ao desenvolvimento global deve aumentar**: 81,8% dos inquiridos (414 pessoas) assim o afirma, enquanto 8,3% (42 pessoas) considera que os níveis atuais do contributo europeu são satisfatórios e apenas 1,8% (9 pessoas) é da opinião que esse apoio deve diminuir. Refira-se ainda a proporção relativamente expressiva de inquiridos que dizem não ter opinião ou não saber responder – 8,1% - uma vez que é uma questão bastante técnica, em que muitas pessoas desconhecem o nível de apoio existente.

Várias pessoas exprimem como justificação da sua opinião o facto de a pandemia ter agravado as assimetrias e as condições de extrema vulnerabilidade, exigindo um apoio reforçado para os próximos anos. Outras salientam que a UE e os Estados-membros deveriam **cumprir os compromissos internacionais** em termos de quantidade da ajuda ao desenvolvimento, que existem há décadas, pois isso daria um sinal importante de vontade política.

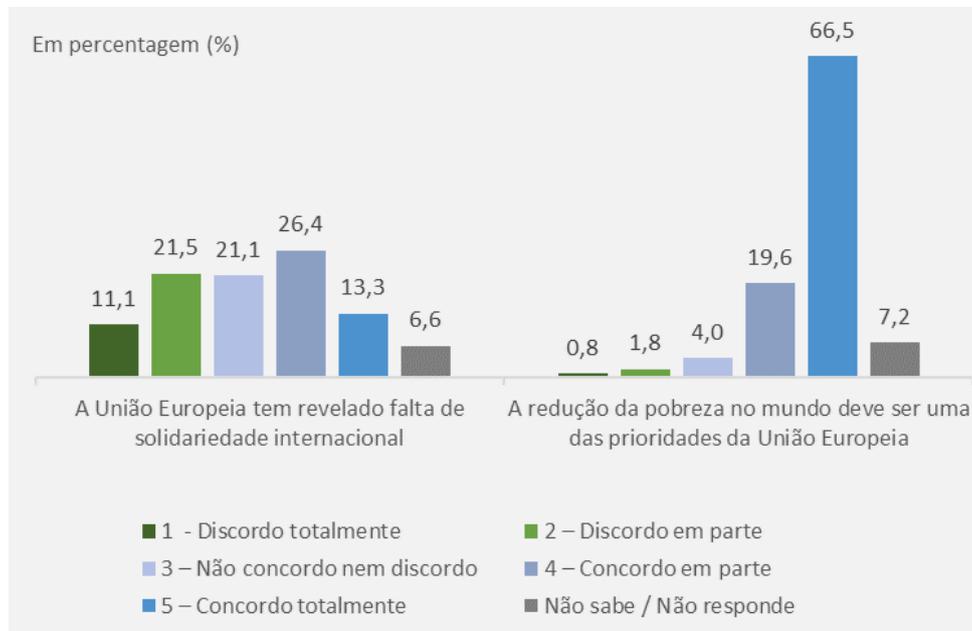
Por último, independentemente da opinião sobre se a ajuda deve aumentar, manter-se ou diminuir, muitos dos comentários **salientam mais a questão da qualidade e impacto da ajuda do que da quantidade**, indo ao encontro das preocupações já enunciadas neste relatório sobre a forma como a ajuda deve ser planeada, distribuída e gerida.



Nota: 506 respostas.

Relacionado com a questão anterior, foi avaliada também a perceção sobre qual tem sido, e deve ser, o papel da União Europeia no apoio ao desenvolvimento, através do grau de concordância dos inquiridos com várias afirmações. Reforçando os resultados da pergunta anterior, uma **maioria muito significativa dos inquiridos concorda que a redução da pobreza no mundo deve ser uma das prioridades da União Europeia**.

Alguns comentários vão também no sentido de a UE dever contribuir de forma coerente para corrigir as injustiças existentes no sistema económico mundial que prejudicam os países mais pobres, bem como no sistema de migração existente e que, em parte, resulta dos desequilíbrios de poder, económico, de oportunidades e direitos.



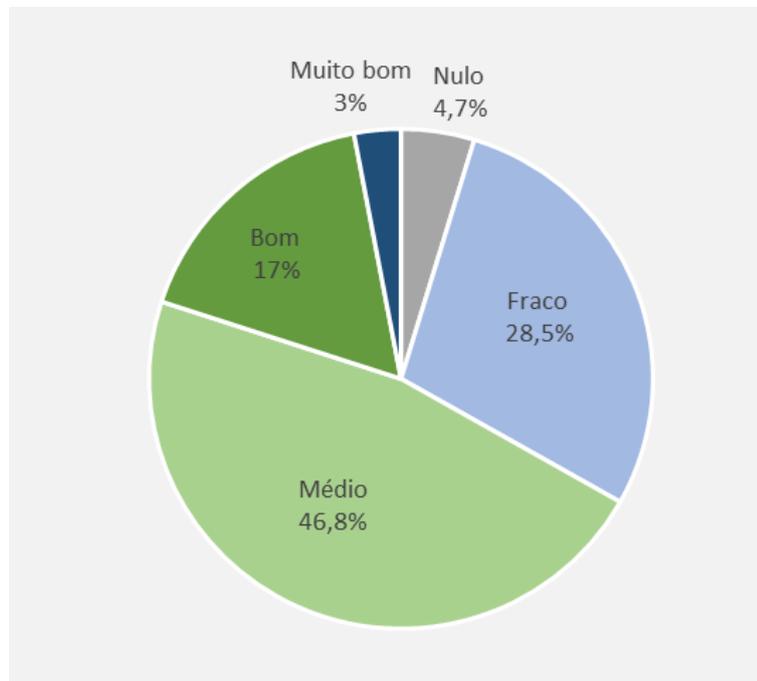
Nota: 506 respostas.

Apesar de, no geral, os inquiridos considerarem que a UE tem contribuído de forma significativa para o Desenvolvimento Global, quer em termos quantitativos quer qualitativos, **as respostas revelam-se bastante divididas quando questionamos qual a perceção sobre o grau de solidariedade da UE a nível internacional.** Com efeito, quase 40% dos inquiridos (39,6%, correspondendo a 197 pessoas) diz concordar total ou parcialmente com a afirmação de que a UE tem demonstrado falta de solidariedade internacional, enquanto 32,6% (162 pessoas) diz que discorda total ou parcialmente da afirmação, existindo também uma proporção expressiva – mais de 21% - que não concorda nem discorda.

A avaliar pelos comentários a esta questão, as opiniões sobre a insuficiente solidariedade podem estar baseadas numa confluência de fatores, incluindo a perceção sobre a forma como a UE tem tratado os direitos humanos das pessoas refugiadas e migrantes que vêm do Sul Global para o espaço europeu, a falta de solidariedade internacional durante a pandemia e mais especificamente no acesso desigual às vacinas por parte dos países mais pobres, e ainda o papel dúbio de países europeus no apoio a certos regimes ditatoriais ou a conflitos violentos.

## Importância das temáticas do Desenvolvimento na agenda política em Portugal

---



Nota: total de 499 respostas.

Em relação especificamente a Portugal, a maioria dos inquiridos – quase 47% (237 pessoas) - considera que as temáticas do desenvolvimento têm um grau de importância médio na agenda política. O número de pessoas que considera que o grau de importância atribuído é fraco ou nulo (168 pessoas, correspondente a 33,2%) é superior aos que são da opinião de que é bom ou muito bom (101 pessoas, correspondente a 20%). Pode concluir-se, portanto, que existe uma necessidade relativamente significativa de aumentar o debate e conhecimento sobre estas matérias nos meios políticos e sua incorporação nas agendas políticas.

## O que é necessário para conseguirmos atingir um Desenvolvimento mais sustentável, justo e inclusivo à escala global?

---

Maior atenção das políticas públicas aos grupos sociais mais pobres e vulneráveis

Maior consciencialização das pessoas sobre os problemas do desenvolvimento a nível global

Maior liderança e compromisso político nas várias instâncias/organizações internacionais

Maior coordenação entre as diferentes organizações que trabalham sobre desenvolvimento

Mais transparência no financiamento de ações de desenvolvimento e cooperação

Maior atenção e compromisso dos decisores políticos para as políticas de apoio ao desenvolvimento

Maior coordenação e coerência entre as várias políticas públicas

---

*Nota: Entre 90,6% e 89,5% dos inquiridos (de forma decrescente de cima para baixo) classificaram estas ações como importantes ou muito importantes.*

---

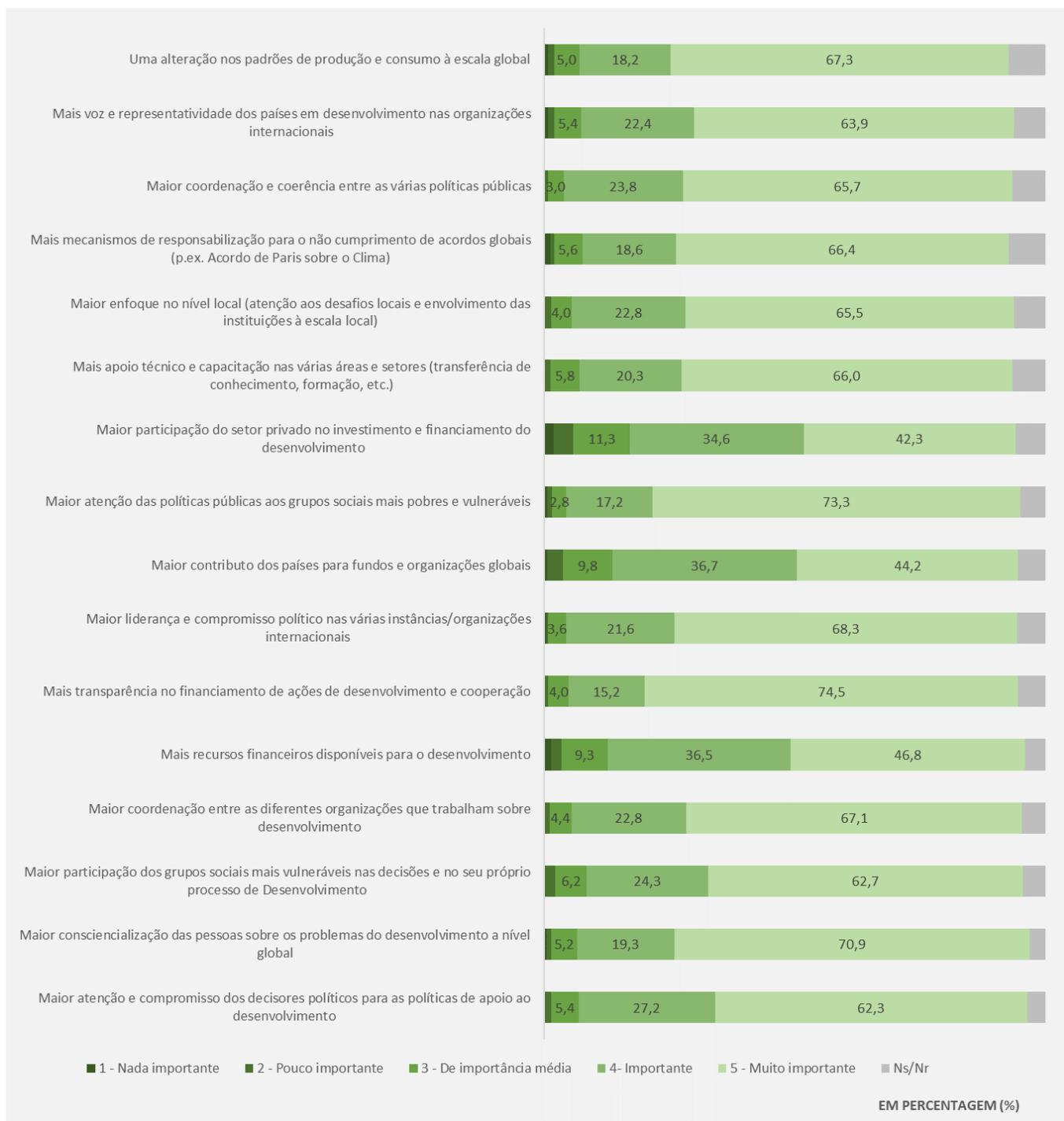
Estas foram as ações que os inquiridos consideraram mais importantes para que seja possível realizar um Desenvolvimento mais sustentável, justo e inclusivo à escala global.

Um dado interessante é o lugar cimeiro atribuído à necessidade de existir uma maior consciencialização das pessoas sobre os problemas do desenvolvimento a nível global (90,2% dos inquiridos consideraram importante ou muito importante), o que aponta para a **relevância reforçada da educação para o desenvolvimento e cidadania global, enquanto veículo de conhecimento, sensibilização e mobilização.**

A necessidade de maior atenção e compromisso dos decisores políticos para as políticas de apoio ao desenvolvimento, bem como a maior coordenação e coerência entre as políticas públicas estão também entre as ações principais (89,5% dos inquiridos consideraram importante ou muito importante), o que confere **estímulo acrescido ao papel da sociedade civil enquanto agente de responsabilização (watchdog), advocacia e influência política**, de forma a promover a melhoria das políticas públicas e a sua eficácia e coerência para o desenvolvimento.

Salienta-se, também, que no geral os inquiridos consideraram relevantes as prioridades propostas, não existindo nenhuma ação encarada como pouco ou nada importante pela maioria das pessoas.

**O que é necessário para conseguirmos atingir um Desenvolvimento mais sustentável, justo e inclusivo à escala global?**



Nota: o número total de respostas em cada prioridade varia entre 494 e 500.

Nos comentários, os inquiridos fizeram sugestões de outras prioridades de ação importantes, ou reforçaram aspetos das prioridades sugeridas. A maior parte desses comentários vão no sentido de existir uma maior partilha de responsabilidades entre todos os intervenientes - pessoas, instituições, empresas e governos locais e nacionais. Salienta-se, igualmente, a necessidade de regulação mais efetiva em diversas áreas. Designadamente:

- Reforçar as instituições internacionais a todos os níveis.
- Maior regulação independente e local em todas as áreas.
- Maior foco nos desequilíbrios do sistema produtivo, comercial, económico e financeiro a nível mundial que é gerador de grandes desigualdades.
- Eliminar os offshore e implementar sistemas mais eficazes de controlo da circulação de capitais a nível internacional.
- Regulação da atuação do setor privado, incluindo a maior responsabilização dos grandes grupos empresariais, para que as políticas nacionais e internacionais não sejam alteradas conforme os interesses monetários e pressões dos grandes grupos.
- O comércio, que continua a ser uma boa ferramenta no combate à pobreza e promoção do desenvolvimento, deve tender a depender mais de padrões ambientais e humanitários.
- Maior apoio à criação de emprego estável; aposta na agenda do trabalho digno.
- Mais Educação para o consumo, para o Desenvolvimento e para a Cidadania.
- Desenvolver os Direitos da Natureza face ao setor público e privado.
- Responsabilização dos governantes e apoio às instituições de Justiça, para combater a corrupção e fortalecer a democracia e a participação cívica nos países em desenvolvimento.
- Trabalhar ao nível de cada comunidade local; maior enfoque na dimensão local e comunitária dos problemas e das soluções.
- Apostar no desenvolvimento de capacidades e em mudanças institucionais nos países em desenvolvimento, que são o que pode garantir desenvolvimento a médio e longo prazo.

Para além destas prioridades, foram referidas recomendações específicas no âmbito da cooperação para o desenvolvimento, incluindo: (i) Tomar medidas de apoio ao desenvolvimento **com base das evidências, no conhecimento já existente e nas lições aprendidas**; (ii) Não focar apenas nos aspetos negativos, mas **realçar, dar visibilidade e apoiar o que de bom já é feito**; e (iii) continuar a garantir apoio ao desenvolvimento, mas torná-lo **mais transparente**, nomeadamente com aposta numa **maior profissionalização** da gestão de ONG e das agências de cooperação, mais seriedade e qualidade na monitorização, avaliação, aprendizagem e recomendações dos projetos de desenvolvimento (avaliações de impacto e não apenas de execução, organizações capazes apontar os próprios erros e de melhorar com eles, etc.).

# 3.

## CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO

Participação dos cidadãos e da sociedade civil  
Grau de conhecimento e disponibilidade de informação em Portugal  
De que forma agem os cidadãos

### A participação dos cidadãos e da sociedade civil nos processos de Desenvolvimento é...



Nota: 506 respostas.

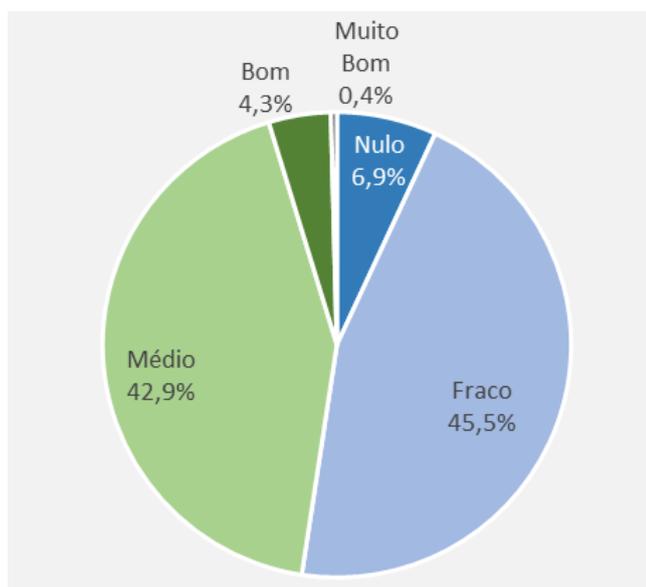
**A participação dos cidadãos e da sociedade civil é bastante valorizada, sendo considerada fundamental para os progressos e sucesso dos processos de desenvolvimento:**

**Mais de 68%** dos inquiridos (345 pessoas) consideraram que esta uma condição essencial para o desenvolvimento e acima de **24%** (123 pessoas), afirmaram ser uma mais-valia que traz benefícios e valor acrescentado a estes processos, sendo as restantes opções residuais.

## O grau de conhecimento dos cidadãos em Portugal sobre o Desenvolvimento Global é...

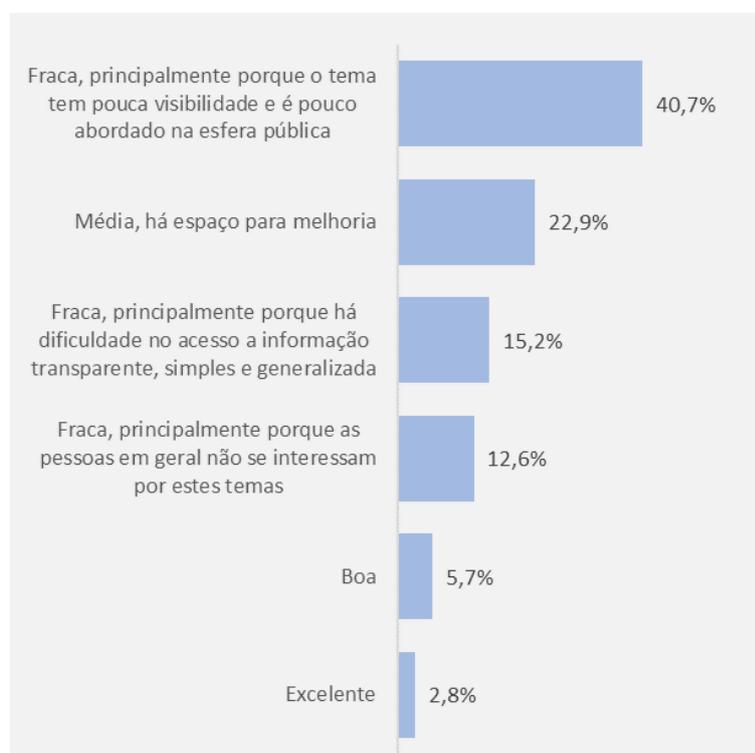
**As pessoas consideram que ainda há grande trabalho a fazer para aumentar o conhecimento dos cidadãos em Portugal sobre o Desenvolvimento Global:**

Mais de metade dos inquiridos - **52,4%** (265 pessoas) - afirma que o conhecimento é fraco ou nulo, enquanto apenas **4,7%** (24 pessoas) é da opinião de que esse conhecimento é bom ou muito bom.



Nota: 506 respostas.

## A disponibilidade de informação em Portugal sobre Desenvolvimento e cooperação internacional é...



Nota: 506 respostas.

Na maioria, a **disponibilidade de informação é considerada fraca: 68,5%** dos inquiridos (347 pessoas) assim o afirma, enquanto apenas 8,5% pensa que essa disponibilidade é boa ou excelente.

A maioria dos inquiridos considera que o principal motivo está ligado à **pouca visibilidade destas temáticas, sendo raramente abordadas na esfera pública.**

Uma baixa percentagem (12,6%) aponta como causa o facto de as pessoas não se interessarem por estes temas. Na realidade, **87,9% dos inquiridos afirma já ter procurado informação sobre temas do Desenvolvimento Global.**

Nos comentários sobre o grau de conhecimento e a disponibilidade de informação em Portugal sobre desenvolvimento e cooperação internacional, os inquiridos apresentaram algumas propostas concretas.

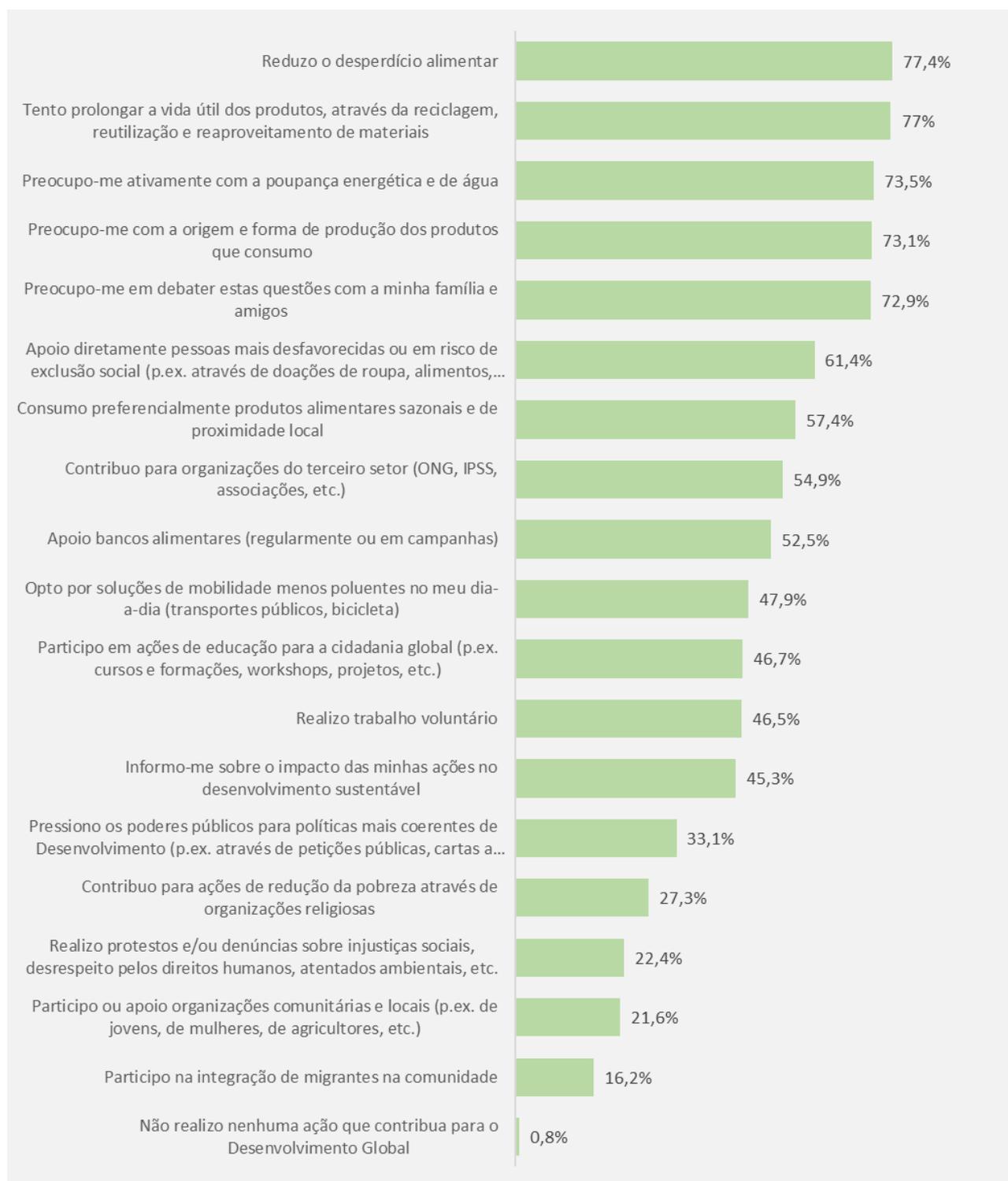
Alguns salientaram o papel dos **órgãos de informação e comunicação**, referindo que estas temáticas deveriam ser objeto de maior visibilidade nas televisões, com a exibição de documentários em horário nobre e a realização de debates regulares. Defendeu-se a necessidade de utilização de uma linguagem objetiva e simples para que seja compreendida por todas as pessoas e para que as questões importantes cheguem a todos os públicos-alvo.

Outros inquiridos apontaram a **insuficiência dos recursos pedagógicos e escolares**. Por exemplo, o facto de alguns recursos produzidos internacionalmente e com comprovadas mais-valias em termos pedagógicos não terem a devida divulgação no meio escolar, serem de difícil acesso, não terem versão em língua portuguesa ou uma tradução tardia e de pouca qualidade. A atualização dos manuais escolares nestas matérias (p. ex. dos ODM para os ODS) é lenta e estas temáticas não são valorizadas como matéria para avaliação curricular dos alunos. Além disso, esta temática deveria ser transversal aos currículos escolares de todas as áreas do ensino secundário, e não apenas abordada nas áreas de humanidades e economia.

Por fim, houve também quem referisse a necessidade de **esclarecimento e credibilização desta área junto da opinião pública**, na medida em que alguns casos de pouca transparência, ou até de corrupção, que vêm a público, prejudicam a imagem desta área de atuação.

Todos estes comentários apontam para a necessidade de reforçar a disponibilidade, acessibilidade e clareza da informação sobre as temáticas do desenvolvimento global, sensibilizando e mobilizando os cidadãos para um esforço coletivo e consciente que pode fazer a diferença nas perspetivas sobre o futuro da humanidade e do planeta.

## De que formas os cidadãos portugueses já contribuem para o Desenvolvimento Global?



A quase totalidade dos inquiridos identificou ações próprias que contribuem para o desenvolvimento global, pois apenas 4 pessoas (0,8%) afirmaram não realizarem qualquer ação nesse sentido. Salienta-se a grande difusão de **ações do dia-a-dia relacionadas com a alimentação e o ambiente**, pois um lote muito significativo de pessoas - acima de 73% dos inquiridos - afirma reduzir o desperdício alimentar, prolongar o mais possível a vida dos produtos, poupar ativamente na energia e na água, e ter a preocupação de se informar sobre a origem e produção dos produtos que consome. A pressão sobre os poderes públicos e a realização de protestos ou denúncias estão entre as ações menos implementadas, o que aponta para uma **baixa intervenção reivindicativa de direitos**, focando-se as pessoas preferencialmente nas ações que têm a ver com a gestão diária da sua vida.

Para além das ações propostas, os inquiridos acrescentaram outras: vários disseram que as suas funções profissionais estão relacionadas com a temática e alguns, com responsabilidades na área pedagógica o do ensino, afirmaram sensibilizar e envolver os seus alunos nestas questões, ou promover debates com jovens. Houve ainda pessoas que exemplificaram a sua ação no âmbito da proteção do ambiente, da soberania alimentar e da preservação das espécies, nomeadamente através de uma alimentação vegetariana ou vegan, ou da produção de alimentos biológicos para consumo familiar.

No geral, sem retirar importância às ações referidas, alguns inquiridos também consideraram que é necessário alterar o foco do indivíduo para o coletivo, não colocando o principal ónus apenas nos cidadãos e consumidores, uma vez que **são necessárias alterações sistémicas para ter impacto no desenvolvimento a larga escala**.

# ANEXO

## NOTA METODOLÓGICA

Os resultados presentes neste relatório resultam do tratamento de dados e análise das respostas a um inquérito por questionário. O questionário foi dividido em três partes - Desenvolvimento Global; Políticas de Desenvolvimento; Cidadania e Desenvolvimento - num total de 16 perguntas.

A aplicação deste instrumento de recolha de informação obedeceu a três fases: planificação (definição do âmbito dos problemas a estudar e da informação a obter, delimitação do universo a abranger, construção das secções e questões do questionário, e testagem do mesmo para reformular eventuais imprecisões ou ambiguidades); execução (aplicação online, divulgação do questionário); e análise dos resultados (com a codificação das respostas, apuramento e tratamento da informação, e elaboração das constatações e conclusões).

O inquérito, centrado em assuntos relacionados com desenvolvimento global, incluiu questões sobre o que o respondente sabe (conhecimento, informação, ou consciência sobre determinada questão), sobre o que o respondente quer ou a sua opinião/perceção sobre o que deve ser feito (valores, opiniões, preferências), e sobre a forma como o respondente age face a essas convicções (mobilização, atitudes e formas de ação).

Optou-se por uma abordagem às questões aprofundada, o que resultou num questionário relativamente longo - um mínimo de 20 minutos estimados de resposta -, em vez de um questionário mais breve, que eventualmente recolheria maior número de respostas mas que daria origem a informação mais superficial.

O questionário foi concebido com um misto de respostas fechadas (de opção/escolha múltipla, em formatos de escala, por ordenação e listagem, etc.) e respostas abertas, permitindo a expressão de opiniões mais detalhadas e recolha de informação adicional. A análise combina métodos quantitativos e qualitativos, de forma a valorizar a riqueza dos contributos, que excedeu em muito as respostas fechadas.

As lógicas subjacentes à construção do questionário tiveram em consideração, em particular, a inexistência prévia de dados que permitam análise comparativa a diversos níveis e/ou análise da evolução face a *baselines* já existentes. Outro elemento importante consistiu na simplificação e clareza da linguagem utilizada, adaptando-a ao público-alvo, tendo em conta o carácter normalmente muito técnico da linguagem do setor do desenvolvimento. Foi fornecida informação sobre conceitos no questionário (p. ex., conceito de países em desenvolvimento).

Na parte final do inquérito, foi solicitada informação geral complementar para caracterização dos inquiridos e para cruzamento de dados das respostas, relacionados com: género, faixa etária, nível de educação, nacionalidade e residência (em Portugal ou fora de Portugal). A informação sobre estes dois últimos critérios foi incluída para permitir que falantes de língua portuguesa respondessem ao inquérito, bem como cidadãos portugueses residentes no exterior.

O questionário foi **realizado de forma eletrónica (online) e com resposta voluntária por parte de todos os interessados**, a partir dos 18 anos de idade. O prazo temporal para receção de respostas foi entre dezembro de 2020 e fevereiro de 2022. **Foram recolhidas 506 respostas válidas.**

O número total de respostas consideradas pode variar em cada pergunta, dado não ser obrigatória a resposta a todas as perguntas, pelo que essa informação é fornecida em cada elemento gráfico, no presente relatório. No entanto, é de salientar que quase todos os inquiridos responderam à totalidade das perguntas, sublinhando o empenho e interesse na temática por parte dos respondentes.

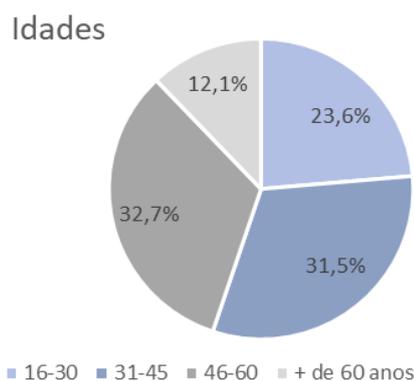
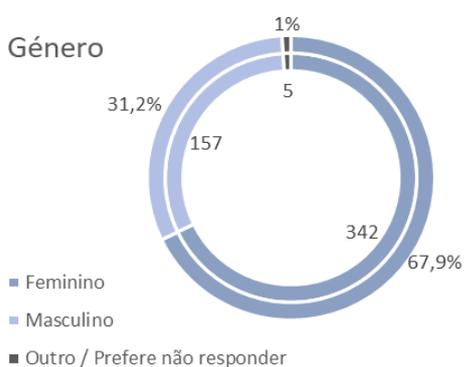
Sendo a quantidade de respostas relativamente pequena face à magnitude do objeto de estudo, não se considera como representativa do universo da população portuguesa, mas sim como **um retrato indicativo das opiniões atuais** de um conjunto alargado de pessoas, que dá pistas sobre as perceções existentes. Como fatores inibidores ou limitativos do volume de respostas, identificam-se o tamanho e consequente tempo de preenchimento do questionário, as habilitações literárias / grau de literacia necessária para o preenchimento do questionário, e a importância relativamente baixa da temática nas preocupações diárias dos cidadãos - fator este que pode ter sido agravado pelo período de pandemia de COVID-19, com a maior preponderância de outros assuntos no espaço público.

# CARACTERIZAÇÃO DOS INQUIRIDOS

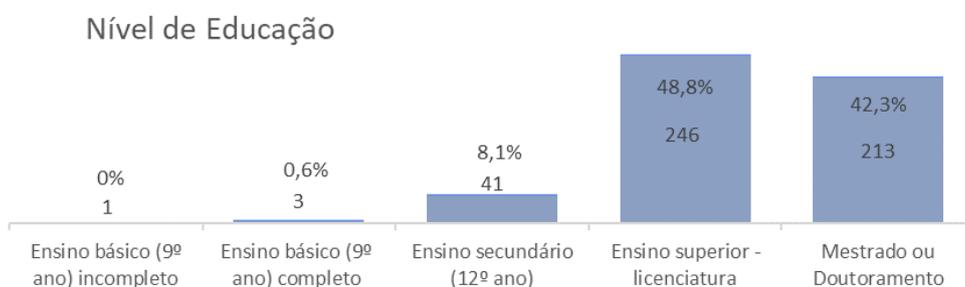
Do total de 506 respondentes, salienta-se a **preponderância de mulheres, pessoas acima dos 30 anos de idade, com curso superior e de nacionalidade portuguesa.**

Quase 68% (342 pessoas) dos inquiridos são mulheres

Verificou-se uma distribuição equilibrada das faixas etárias



Houve uma preponderância de inquiridos com educação ao nível da licenciatura ou superior



94,6% dos respondentes são de nacionalidade portuguesa e 92,4% residem em Portugal



Nota: Total de 504 respostas, com exceção da pergunta sobre nacionalidade, que recolheu 496 respostas.

# #COERÊNCIA NA PRESIDÊNCIA

PROMOVIDO POR



COFINANCIADO POR

